
Crime e Castigo: A Narrativa Criada nos Editoriais do Estadão sobre a Prisão e Anulação das Condenações de Lula.¹

Rayssa Beatriz Melo OLIVEIRA²
Adailson Paiva FERREIRA FILHO³
Aléssia Celine Cunha GUEDES⁴
Glória de Lourdes Freire RABAY⁵

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar uma discussão acerca da narrativa criada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seus editoriais; com foco naqueles publicados entre os dias 7 de abril de 2018, data de sua prisão, e 17 de abril de 2021, data da anulação de suas condenações. É questionada a motivação de *O Estado de S. Paulo* ao publicar estes editoriais, bem como o impacto que estas publicações exercem sobre a opinião pública dos habitantes do país. A metodologia utilizada é uma revisão de literatura, na qual são adotados métodos comparativos relacionando a opinião de alguns dos principais estudiosos no tema com os editoriais utilizados como objeto de pesquisa. A observação apontou para uma tendência de falsa simetria política e julgamento moral do ex-presidente por parte do Estadão.

Palavras-Chave: Jornalismo Político; Editoriais; Lula; Estadão; Narrativas jornalísticas.

1 INTRODUÇÃO

Dentro da cultura jornalística dominante, a “teoria do espelho” determina que a objetividade é inerente à prática do profissional da área. Nesse sentido, aquilo que é “verdadeiro” é visto como o que é “objetivo” ou vice-versa, pois é estabelecida uma relação direta entre a realidade e o que é refletido dela na notícia.

¹Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XVIII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo da UFPB. E-mail: rayssabmoliveira@outlook.com

³Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo da UFPB. E-mail: adailsonpaivaff@gmail.com

⁴Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo da UFPB. E-mail: alessiaguedes.jorn@gmail.com

⁵Orientadora, Professora Doutora do Departamento de Jornalismo e dos Programas de Pós-Graduação em Jornalismo e em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas - UFPB. E-mail: gloria.rabay@gmail.com

Central à teoria é a noção-chave de que o jornalista é um *comunicador desinteressado*, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam da sua missão de *informar, procurar a verdade, contar o que acontecer, doa a quem doer* (TRAQUINA, 2005, p. 147, grifo dos autores).

Entretanto, o surgimento de novas teorias e estudos sobre o jornalismo permitiu que perspectivas diferentes sobre a produção de notícias colocassem em xeque a teoria do espelho. É o caso das teorias construcionistas, que apresentam a notícia como parte da construção da realidade.

Em primeiro lugar, argumenta que é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os media noticiosos que devem “refletir” essa realidade, porque as notícias ajudam a construir a própria realidade. Em segundo lugar, defende a posição de que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos porque a linguagem neutral é impossível. Em terceiro lugar, é da opinião de que os media noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos [...] (TRAQUINA, 2005, p. 168)

Ainda assim, a existência da dicotomia entre “jornalismo opinativo” e “jornalismo informativo” permite a publicação de textos que não precisam se preocupar se suas representações da realidade são objetivas o suficiente. Melo (2016, p. 50) afirma que o surgimento dessa diferenciação “são sempre respostas às demandas sociais”.

A exemplo disso podem ser citados os editoriais. É neles que as empresas jornalísticas parecem encontrar uma “licença poética” para emitir sua opinião explícita sobre os fatos.

[...] o texto editorial adota regras distintas daquelas observadas quando da elaboração de materiais noticiosos. São duas as diferenças elementares: não se exige, de tal manifestação opinativa, equilíbrio na abordagem dos fatos; e, por representar a perspectiva da empresa, o editorial torna evidente a seguinte condição dos periódicos: agentes autônomos e dotados de interesse no que concerne a temas que circulam na arena pública (EILDERS, 1999 e MELTZER, 2007 apud MARQUES, MONT'ALVERNE e MITOZO, 2018, p. 225).

Isto é, partindo do pressuposto de que os editoriais estão dentro do gênero jornalístico opinativo, como é definido pela “Classificação Marques de Melo” (MELO, 2016, p. 50), é esperado que em seu conteúdo as regras que ditam a chamada

“imparcialidade” não se apliquem. Afinal, esse é um texto que expõe um lado, uma opinião e uma visão de mundo; nesse caso, do jornal que o publica.

É em um opinativo que conseguimos observar de maneira clara, o que só é passado aos leitores nas entrelinhas dos textos de natureza informativa. Pois de acordo com Mont’Alverne e Marques (2015, p. 122) “os editoriais atuam não somente ao formatar traços da imagem pública [...] mas, também, ao oferecer elementos que conformam a imagem do próprio jornal.”

O conflito de interesses de um veículo jornalístico entre o público e o privado pode ser resolvido se observarmos a maneira como ele se posiciona quando não precisa mais se agarrar às restrições da linguagem jornalística mais factual. Neste caso, o veículo referido será *O Estado de S. Paulo*.

Publicado desde 1875, *O Estado de S. Paulo* (ou simplesmente Estadão) é um veículo jornalístico brasileiro de relevância e circulação nacional. Segundo o Acervo Estadão (2021), seus fundadores Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense começaram a publicação com o intuito de “combater a monarquia e a escravidão”. Nos dias de hoje, dentre outras características da sua linha editorial, o jornal também é conhecido por sua oposição ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Desta forma, o trabalho apresentado tem como objetivo refletir acerca dos editoriais como importantes dispositivos que interferem na formação da opinião pública. Além de entender como foi construída a narrativa em torno da prisão e anulação das condenações do ex-presidente Lula. Para isso, o artigo terá como base a análise de quatro editoriais publicados entre os dias 7 de abril de 2018 e 17 de abril de 2021, visto que as opiniões emitidas nos textos estão em comum acordo com o posicionamento da empresa.

2 O EDITORIAL COMO LICENÇA POÉTICA NO JORNALISMO

Ainda que a divisão entre “conteúdo informativo” e “conteúdo opinativo” dê uma ilusão ao leitor de que o primeiro oferece apenas fatos imparciais e o segundo é quem apresenta uma opinião explícita, essa cisão não é sempre tão efetiva assim.

Mas mesmo que haja uma discussão teórica acerca dessa divisão, os textos opinativos continuam sendo aqueles que dão a “licença poética” que um veículo quer para mostrar uma opinião. Beltrão (1980, p. 14), por exemplo, chega a afirmar que ela “engrandece a atividade profissional” do jornalista.

É essa a licença que possibilita a um jornal a oportunidade de tentar mostrar a realidade de um acontecimento ao leitor, tomando partido e lado explícito. Como já foi estabelecido neste trabalho, é mais um exemplo do conflito que empresas de comunicação lidam entre o público e o privado, entre defender seus interesses e serem imparciais.

Entretanto, é preciso questionar o impacto que textos opinativos dentro do jornalismo têm na sociedade e, principalmente, na democracia. “É importante ter em mente que, quando subscrevem determinado movimento ou candidatura, os jornais assumem que suas posições políticas não são aleatórias ou desinteressadas” (MONT’ALVERNE e MARQUES, 2015, p. 127).

A imprensa brasileira tem um longo relacionamento de idas e vindas com os líderes dos períodos autoritários da história do país. A confiança que *O Estado de S. Paulo* (1961, p.3) afirmava ter nas Forças Armadas para preservar o Brasil das “forças subversivas” — nada mais do que a posse de João Goulart em 1961 — e o apoio da Rede Globo ao Golpe Militar de 1964 — que foi descrito como um “erro” pelo *O Globo* (2013) 49 anos depois — são apenas alguns exemplos disso.

Esses são casos que podem ser citados, com toda a certeza, como momentos obscuros do jornalismo brasileiro. Mas não são isolados e muito menos devem ser vistos como presentes apenas nas páginas dos arquivos do século XX.

Os jornais brasileiros continuam a se comportar da mesma maneira com acontecimentos da história recente. E nada melhor do que os editoriais para observar essa tendência a preservar a ideologia dominante.

É no texto editorial que o jornal – de forma explícita – sai de uma condição de imparcialidade (reivindicada na seção de notícias) e assume ter posições acerca dos mais diversos temas de concernência pública. [...] Assim, o teor dos editoriais está intrinsecamente ligado aos princípios defendidos pelo periódico, que são “as linhas mestras que marcam ideologicamente os conteúdos jornalísticos e fundamentam a atividade empresarial de uma publicação”

(ARMAÑANZAS e NOCÍ, 1996, p.128 apud MONT'ALVERNE e MARQUES, 2015).

Em outras palavras, mais do que o simples expressar de uma opinião, um editorial também funciona como espaço para manter interesses, formar uma opinião pública, promover debates e educar os leitores acerca de determinado assunto ou acontecimento. “A busca pela informação correta que instrui, orienta e gera o debate social, é o início do processo de construção de uma parte da realidade de maneira pedagógica no jornalismo” (DA SILVA e JÚNIOR, 2019, p.8).

Não é à toa que os editoriais ocupam uma posição privilegiada nas publicações impressas e que nas redes sociais ganhem posts únicos para anunciá-los na internet. Eles são a maneira que uma empresa tem de dizer como ela quer que algo seja feito, resolvido e, acima de tudo, visto. Mas não é qualquer empresa que está expondo seu ponto de vista: é um veículo de comunicação, um jornal. Uma parte da mídia que traz informação com selo de credibilidade jornalística todos os dias.

A leitura de editoriais dos jornais diários, por exemplo, inspira-nos a compreensão de que as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos. E não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais um trabalho de “coação” ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam (MONT'ALVERNE e MARQUES, 2015, p. 128)

Mais do que isso, eles decidem o que é importante o suficiente para se tornar debate e dão aos posicionamentos apresentados uma carcaça de veracidade.

É diante disso que, neste trabalho, iremos apontar como os editoriais podem ter um papel fundamental na criação (ou destruição) da imagem de um acontecimento ou de uma figura pública. E como eles representam os anseios de um veículo jornalístico para os rumos políticos de um país.

3 DESALINHADO COM O PARTIDO DOS TRABALHADORES

Antes de analisar a posição ideológica contida nos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* acerca do período da prisão e anulação das condenações do ex-presidente

Lula, é necessário entender e relembrar os posicionamentos políticos apoiados pela empresa jornalística desde sua criação.

Segundo disponível no site do periódico, em 1875 nasceu o “jornal mais antigo da cidade de São Paulo ainda em circulação”. Naquele tempo, ainda se chamava *A Província de S. Paulo*, mas, anos depois, viria a ser conhecido por Estadão. O jornal — que teve em suas raízes posições políticas progressistas como ideais republicanos e abolicionistas — também apoiou a Revolução de 1930 ao lado de Getúlio Vargas. No entanto, com a sentença ditatorial do Estado Novo, em 1937, a publicação passou a fazer oposição ao regime varguista.

Para Azevedo (2018, p. 276), o antigetulismo cultivado no período ditatorial se transformaria “no combate ao populismo identificado com o trabalhismo varguista no início dos anos 1950 e, mais adiante, com o trabalhismo reformista dos anos 1960 durante o governo Jango”. Sendo assim, o Estadão faria oposição abertamente aos governos de Vargas e João Goulart, inclusive, chegaria a apoiar a “Marcha com Deus pela família e pela liberdade” que culminou no golpe de 1964.

O apoio ao regime militar durou pouco, pois:

O aprofundamento do regime autoritário, com a edição do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, frustrou a expectativa da família Mesquita de uma rápida devolução do poder aos civis nos limites de uma democracia restrita, expurgada das correntes de esquerda da antiga ordem política (AZEVEDO, 2018, p. 276).

O rompimento definitivo de ambos se daria após a publicação do editorial “Instituições em frangalhos” que ocasionou a censura do jornal.

A relação antipática do Estadão com o Partido dos Trabalhadores começa ainda na campanha pelas Diretas Já, como lembra Guilherme (2018, p. 215), “ao perceber que a campanha pelas Diretas Já era sucesso de público e contava com apoio de 85% da população, o jornal aderiu, mas não sem criticar a liderança de Lula e do PT no comício da praça da Sé em São Paulo”. Azevedo (2018) corrobora com a ideia ao falar que, após o processo de redemocratização, o Estadão apoiou todas as candidaturas à presidência que eram de centro-direita e polarizaram com o Partido dos Trabalhadores.

Como fez em todas as eleições presidenciais pré-golpe de 1964, o Estadão não deixou de se posicionar política, partidária e ideologicamente nas sucessões presidenciais da chamada “nova república”, sempre a favor da opção neoliberal representada pelo PSDB e contra a opção à esquerda representada pelo PT (GUILHERME, 2018, p. 218).

Desde então, os posicionamentos do jornal com relação ao Partido dos Trabalhadores e seus ideais seguem a coerência crítica e usual, como poderemos acompanhar na análise dos editoriais a seguir.

4 OS EDITORIAIS DO ESTADÃO

Como já explicitado, “o editorial também tem a prerrogativa de destacar a empresa como líder de opinião – seja para seus leitores, para políticos, para agentes econômicos, para jornalistas ou, mesmo, para jornais de menor porte” (BREED, 1955, p. 226 apud MARQUES, MONT’ALVERNE e MITOZO, 2018). Consciente desta influência com seu público-alvo, *O Estado de S. Paulo* constantemente alinha suas publicações editoriais contra o que é definido pela empresa como “lulopetismo”, termo usado para se referir aos governos tanto do próprio Luiz Inácio, quanto da ex-presidenta Dilma Rousseff, bem como aos partidários destes governos.

Nos editoriais publicados entre a prisão de Lula — ocorrida em 7 de abril de 2018 como consequência da sentença determinada pelo juiz Sérgio Moro na Operação Lava Jato — e a anulação das suas condenações, no começo de 2021, é construída uma narrativa contra o ex-presidente e todo e qualquer ideal que ele representa. É o que veremos de maneira mais detalhada na análise dos editoriais “O Tresvario de Lula”; “Lula, O Incurável”; “A Ficha Moral de Lula É Suja”; e “A Recidiva”; veiculados em momentos-chave relativos a esse processo.

4.1 O tresvario de Lula

Publicado apenas três dias após a prisão de Lula, o primeiro de uma série de editoriais do Estadão sobre o tema segue desde seu título até seus últimos parágrafos questionando as faculdades mentais do ex-presidente. O texto aborda o discurso que o

líder petista deu no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo/SP, antes de se entregar para a Polícia Federal, e também alguns dos eventos que o sucederam, criticando os sindicatos que defenderam a liberdade de Lula e descrevendo as manifestações em favor dele como “baderna”.

Em seguida, Lula incitou à baderna, ao falar que seus seguidores vão “queimar pneus”, “fazer passeatas” e “ocupações no campo e na cidade”. A senha foi plenamente compreendida pela *tigrada*, que a rigor nunca precisou de uma ordem explícita de seu líder para exercitar sua truculência. (ESTADÃO, 2018, grifo nosso).

No mesmo trecho retirado do opinativo é possível evidenciar ainda a utilização do termo de cunho racista e escravocrata, “tigrada”, para se referir aos manifestantes que apoiavam Lula. O mesmo termo foi publicado pelo ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, em um tuíte do dia 19 de setembro de 2019 para se referir ao que ele chamou de “grupo do PT que ficou milionário sem roubar”.

Como replicado no site da Revista Fórum (2019), Rodrigo Elias Caetano Gomes, doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, respondeu a declaração de Weintraub no *Twitter*, falando sobre a origem racista do termo: uma referência aos tigres, homens escravizados “que eram obrigados a carregar tonéis com fezes e urina dos senhores para despejar nas valas”. O líquido escorria sob o sol e causava machucados em listras pelas suas costas.

“Com certeza, um dos mais degradantes entre esses trabalhos era o de carregar barris repletos de excrementos e lixo. E, os principais encarregados desses serviços imundos, eram escravos que ficaram popularmente conhecidos como Tigres” (SOUZA, 2007, p. 55).

Entretanto, a resposta não foi o suficiente. Weintraub continuou a usar o termo em suas redes sociais e ele também está presente com certa frequência em editoriais de um dos maiores jornais do país, como frisou ao site Vi O Mundo (2018) o professor e pesquisador Caio Navarro de Toledo, da Unicamp:

Numa cultura consistentemente democrática – em que o respeito ao adversário ideológico deveria ser uma cláusula pétrea e uma exigência central da argumentação política –, o rancor, a desqualificação e a intolerância deveriam estar absolutamente ausentes no debate das ideias. Deixando para outro momento o

exame da natureza classista do editorial, limito-me a destacar – dentre o arsenal de palavras pejorativas presentes no texto – um dos termos utilizados para identificar os militantes do PT: tigrada. Reconheça-se que a palavra integra o léxico dos editoriais de O Estado quando se refere aos petistas (VI O MUNDO, 2018).

4.2. Lula, o incorrigível

Pouco depois do aniversário de um ano da prisão de Luiz Inácio, *O Estado de S. Paulo* continuava a criticá-lo fervorosamente. Neste editorial, além de repetidas as linhas argumentativas do exemplo anterior, o Estadão apoia-se na primeira entrevista concedida por Lula após sua prisão em 2018, veiculada pela *Folha de São Paulo* e pelo *El País*, em 26 de abril de 2019. O que foi dito pelo ex-presidente foi usado para caracterizá-lo como uma figura inflexível que não sofreu nenhuma mudança e que, mesmo após tanto tempo privado de liberdade, não se arrependeu e continua a negar os crimes dos quais foi acusado.

É pertinente observar também, neste texto, a tendência da publicação de movimentar as discussões políticas para o campo econômico, inclusive recorrendo à figura de Dilma Rousseff para tal feito. Fato igualmente constatado nos estudos de Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018) sobre as publicações do *Estadão* e da *Folha de São Paulo* acerca do processo de Impeachment ocorrido entre 2015 e 2016.

Os dados permitem afirmar que os dois jornais, ainda que em graus distintos, deslocam o centro da discussão do campo político ou jurídico para o campo econômico. As regras do jogo democrático-constitucional são mobilizadas de forma a garantir que o impeachment estaria a transcorrer de forma procedimentalmente correta. No entanto, parte dos argumentos legitimadores acionados, conforme indicado, diz respeito a fatores externos à esfera política, ainda que se trate de um processo essencialmente político. (MARQUES, MONT’ALVERNE e MITOZO, 2018, p. 239)

No final do texto, também são equiparadas as figuras do ex-presidente (além do Partido dos Trabalhadores como um todo) e a de Jair Bolsonaro, outra linha de argumentação frequentemente utilizada pelo Estadão, que ganhou fama com a

publicação do seu editorial “Uma Escolha Muito Difícil” e continuou protagonizando várias publicações posteriores a ele.

4.3 A ficha moral de Lula é suja

Neste editorial, o Estadão comenta a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin em anular todas as condenações de Lula tomadas pela 13ª Vara Federal de Curitiba/PR. Durante o opinativo, o Estadão instiga os leitores a acreditar que, embora o “demiurgo de Garanhuns” tenha restituído seus direitos políticos, ele ainda terá seu nome atrelado a escândalos de corrupção.

Desse modo, o sr. Lula da Silva pode até subir nos palanques dos *grotões miseráveis* onde ainda é rei para pedir votos, eventualmente, voltar ao poder, mas ainda assim, para todos os efeitos - morais e políticos -, terá seu nome indelevelmente vinculado a múltiplos escândalos de corrupção, marca que nenhuma *chicana* será capaz de apagar. (ESTADÃO, 2021, grifo nosso)

Ao utilizar o termo “grotões miseráveis”, o Estadão faz referência ao Nordeste e reitera uma representação preconceituosa e rasa da região. Barbalho (2004), enfatiza que o discurso midiático consolida uma imagem do Nordeste a partir de representações criadas pela imprensa paulista. Neste sentido, “o peso das representações elaboradas no Sul são tão mais fortes que acabam sendo incorporadas pelos discursos que pleiteiam a nordestinidade” (BARBALHO, 2004, p. 157).

Colocar o Nordeste em uma caixa de estereótipos é uma prática antiga e comum do Estadão, como afirma o autor: “as imagens discursivas sobre o Nordeste, postas em ação pela imprensa paulista nas primeiras décadas do século XX, em especial pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, qualificam a região como atrasada, rural, bárbara, assolada permanentemente pela seca, servil, ignorante” (BARBALHO, 2004, p. 157).

Ainda, a utilização da expressão “chicana” chama atenção, porque o jornal tenta justificar e descredibilizar a restituição dos direitos políticos do ex-presidente como se ela não passasse de uma manobra jurídica por parte da defesa de Lula.

O Editorial avalia também a tentativa pretensiosa da Lava Jato em tentar conectar e julgar todos os políticos e empresários corruptos do Brasil, e volta a

reafirmar que mesmo que Sérgio Moro tenha sido parcial ao julgar os casos de Lula, esse fato não apagaria os casos de corrupção que ocorreram durante o governo petista.

Por fim, o Estadão volta a citar que Lula sempre contou com “chicanas” para voltar à presidência (mais uma vez fazendo referência a um possível abuso de recursos por parte da defesa do ex-presidente) e faz um alerta para que “[...] o eleitor não perca de vista: Lula, que sempre contou com chicanas e prescrições para voltar a concorrer à Presidência, pode ser agora formalmente ficha-limpa, mas continua moralmente ficha-suja” (ESTADÃO, 2021).

Dessa forma, o jornal reitera seu discurso usual ao afirmar que embora o ex-presidente seja uma opção presidenciável nas próximas eleições, ele seria uma opção tão incivilizada quanto Jair Bolsonaro.

4.4 A recidiva

Repercutindo a recente decisão do Supremo Tribunal de Justiça em anular as acusações contra Lula e devolver seus direitos políticos (permitindo assim que ele concorra nas eleições presidenciais de 2022), o último capítulo deste recorte da vida do ex-presidente nos editoriais d’O *Estado de S. Paulo* insiste no supracitado “lulopetismo” e nesta figura do “demiurgo de Garanhuns” descrita pelo opinativo, como sendo a raiz do mal que persevera e escapa mais uma vez das garras da Justiça.

O Estadão não altera seu discurso, mantendo-se inflexível na narrativa de que Lula não é inocente e que “O Supremo apenas entendeu que a Justiça Federal de Curitiba, que condenou o ex-presidente, não era o foro competente para julgá-lo” (ESTADÃO, 2021).

Ao mencionar a possibilidade de candidatura, é novamente evocada a comparação com Jair Bolsonaro, culpando ambos pela polarização e tragédias prévias, atuais e vindouras no país. Esta é uma repetição da — já feita anteriormente — falsa simetria entre o líder de esquerda e o presidente alinhado à extrema direita.

[...] hoje, em pleno século XXI, vivemos um período crítico, pois percebemos o crescimento das ideias radicais, violentas e intolerantes, projetadas pelos pontos extremos das ideologias. No entanto, essa radicalização não é simétrica, tendo na direita crescimento de aspectos

mais radicais [...] E essas ideias têm conquistado adeptos em vários países, inclusive no Brasil, onde percebemos um crescimento exponencial da polaridade política a partir dos protestos de 2013, conseqüentemente ampliando o fanatismo (VICENTE e AZEVEDO, 2018, p. 4).

Podemos ainda refletir à luz dos escritos de Guilherme (2018) sobre a antiga aversão do Estadão ao PT e como ela remonta a desde muito antes do primeiro governo do Partido dos Trabalhadores sob o comando de Lula.

Naquele contexto, toda a grande imprensa perfilou-se contra a candidatura de Lula (PT) em 1989 e em explícito apoio a Fernando Collor (PRN). A título de exemplo, destacamos três editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*: o jornal afirma que os petistas são adeptos à “mentalidade do ressentimento, da vingança mesquinha, da intolerância e da truculência”; que Lula irá “colocar a questão da reforma agrária em termos tais que se transforma num ‘convite para incendiar o campo’”³²; após dizer que a vitória do PT representaria colocar o Brasil fora do mundo moderno, pois seus radicais seriam adeptos de regimes totalitários – o Estadão “se esquece” que o jornal deu apoio ao golpe de 1964 que instaurou a Ditadura no Brasil –, diz textualmente que “a posição do bom senso e do patriotismo recomenda que se vote no respeito à Constituição que hoje é encarada pelo sr. Fernando Collor de Mello”³³. No dia do segundo turno, o Estadão chegou a seus leitores com editorial pedindo para “votar na revolução liberal”³⁴, pretensamente, representada por Collor (GUILHERME, 2018, p. 217).

Sendo assim, em reflexo aos seus editoriais sobre Luiz Inácio Lula da Silva, *O Estado de S. Paulo* se coloca como oposição direta antes, durante e após os governos do Partido dos Trabalhadores. Quando o partido está fora do poder, a empresa jornalística o classifica como ameaça a ser combatida. Quando está no poder, é a ameaça que deve ser retirada, e ao ser retirado do poder, é a ameaça que não deve voltar. O Estadão, neste quesito, se mostra tão insistente e inflexível quanto acusa o ex-presidente Lula de ser.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi examinar a forma como o jornal *O Estado de S. Paulo* abordou a jornada de prisão e anulação das condenações do ex-presidente Lula em seus editoriais. A partir das análises dos opinativos citados anteriormente, pode-se

afirmar que o veículo não somente considera justa a prisão de Luiz Inácio, como também vê sua soltura como uma ameaça tão nociva quanto a do atual chefe do executivo, Jair Messias Bolsonaro.

Isso vem acompanhado de uma tentativa de apresentar Lula, o PT e seus seguidores como fanáticos representantes de todos os males que acometeram o país nos últimos anos. E mesmo que o editorial seja, em tese, um espaço para a empresa expor sua opinião, o nome de um grande jornal associado a esse posicionamento tem grande impacto na sociedade. Especialmente na já debilitada democracia brasileira.

Mesmo ao se posicionar dessa maneira, o *Estadão* procura apresentar argumentos que não pareçam favoráveis ao atual governo, deixando claro que se coloca em oposição a ele. Mas a custo disso, estabelece uma falsa simetria entre Lula e Jair Bolsonaro, mostrando os dois como figuras autoritárias, egoístas e intransigentes. Desse modo, os editoriais são usados como uma maneira de colocar a prisão de Luiz Inácio em foco desde o primeiro momento, enquanto sua soltura seria algo alarmante e causador de uma polarização na qual, do outro lado, está o atual presidente.

O que pode ser visto também, é que o *Estadão* faz uso de sua credibilidade e da “licença poética” que o editorial lhe dá para criar uma narrativa sobre um homem que foi preso justamente e que, agora solto, está prestes a aterrorizar uma nação já aterrorizada. É um apelo para as inseguranças e medos de um país que, há anos, enfrenta uma instabilidade social, política e econômica. Esse terror tenta mostrar Lula e Bolsonaro como seres da mesma natureza e votar em qualquer um dos dois é escolher permanecer em crise.

Assim, o veículo se dedica excessivamente a justificar as consequências “terríveis” da soltura do líder petista, mas não apresenta de maneira compreensível como elas podem ser tão ameaçadoras quanto os desmandos do atual presidente.

Fica evidente qual o marcador ideológico do veículo, mas não fica claro como Lula pode ser tão perigoso para as abaladas bases da democracia quanto o rosto da extrema direita brasileira. Ou ainda, como os dois mandatos do ex-presidente foram tão ruins quanto o momento atual do país.

Em resumo, podemos chegar à conclusão de que o jornal *O Estado de S. Paulo* acredita que a anulação das condenações do ex-presidente é um erro e servirá apenas para aumentar as tensões e os perigos nas próximas eleições. É possível afirmar,

portanto, que mesmo se opondo também ao presidente Jair Bolsonaro, colocar os dois oponentes como iguais representa muito mais uma tentativa de usar seus editoriais como agentes políticos ativos contra Lula, do que uma preocupação com os rumos do autoritarismo e suas ameaças à democracia do país.

REFERÊNCIAS

A FICHA moral de Lula é suja. **Estadão**, São Paulo, 10 de mar. 2021. Opinião. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-ficha-moral-de-lula-e-suja,70003642183>. Acesso em: 24 de maio de 2021

A RECIDIVA. **Estadão**, São Paulo, 17 de abr. 2021. Opinião. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-recidiva,70003684126>. Acesso em: 24 de maio de 2021

APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 de ago. 2013. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 24 de maio de 2021.

AZEVEDO, Fernando Antônio. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). **Opinião Pública**, Campinas, SP, v. 24, n. 2, p. 270–290, 2018.

BARBALHO, Alexandre. Estado, mídia e identidade: políticas de cultura no Nordeste contemporâneo. **Revista Alceu**, v. 4, n. 8, 2004, p. 156-167.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

HISTÓRIA do grupo Estado. **Estadão**, São Paulo, [s. d.]. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm. Acesso em: 26 de abr. 2021

DA SILVA, Laerte José Cerqueira; JÚNIOR, Alfredo Eurico Vizeu Pereira. Os saberes da pedagogia no telejornalismo: Paulo Freire e a prática jornalística. **Revista Famecos**, v. 26, n. 1, p. e31212-e31212, 2019.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. **Dimensões**, UFES/ES, v. 40, p. 199-223, jan.-jun. 2018.

INSTITUIÇÕES em frangalhos. **Estadão**, São Paulo, 13 de dez. 1968. Notas e informações. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina#!/19681213-28737-nac-0003-999-3-not>. Acesso em: 24 de maio de 2021

LULA, o incorrigível. **Estadão**, São Paulo, 30 de abr. 2019. Opinião. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,lula-o-incorrigivel,70002809506>. Acesso em: 24 de maio de 2021

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila; MITOZO, Isabele Batista. A empresa jornalística como ator político: Um estudo quanti-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. **Observatório (Obs*)**, v. 12, n. 3, p. 224-245, 2018.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 39, p. 39-56, 2016.

MOMENTOS de apreensão. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 de ago. 1961. Notas e Informações. Disponível em:
<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19610826-26485-nac-0003-999-3-not>. Acesso em: 24 de maio de 2021.

MONT'ALVERNE, Camila; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. **Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC)**, v. 12, p. 121-137, 2015.

O TRESVARIO de Lula. **Estadão**, São Paulo, 10 de abr. 2018. Opinião. Disponível em:
<https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,o-tresvario-de-lula,70002261790>. Acesso em: 24 de maio de 2021.

PONTES, José Alfredo Vidigal. Histórico Grupo Estado. **Estadão**, São Paulo, [s.d.]. Histórico. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/historico/resumo/contil.htm>. Acesso em: 24 de maio de 2021

REVISTA FÓRUM. “**Tigrada**”: Weintraub usa termo escravocrata da aristocracia para se referir a progressistas. [S. l.], 20 set. 2019. Disponível em:
<https://revistaforum.com.br/politica/tigrada-weintraub-usa-termo-escravocrata-da-aristocracia-para-se-referir-a-progressistas/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SOUZA, Andréa Dias Cunha. **TIGRES**: "Tristes operários do labor imundo". 2007. Dissertação (Pós-Graduação em Ciência Ambiental) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005.

UMA ESCOLHA muito difícil. **Estadão**, São Paulo, 08 de out. 2018. Opinião. Disponível em:
<https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,uma-escolha-muito-dificil,70002538118>. Acesso em: 24 de maio de 2021

VI O MUNDO. **Professor da Unicamp**: Ao identificar militantes do PT como tigrada, Estadão escancara seu pensamento escravocrata. Higienópolis/SP, 18 ago. 2018. Disponível em:
<https://www.viomundo.com.br/denuncias/professor-da-unicamp-ao-identificar-militantes-do-pt-como-tigrada-estadao-escancara-seus-compromissos-com-o-pensamento-escravocrata-e-racista.html>. Acesso em: 22 jun. 2021.

VICENTE, Jonnathan Gomes; AZEVEDO, Mauro Lopes de. Jornadas de junho: polarização, fanatismo e as mudanças no cenário político no Brasil. **Khóra: Revista Transdisciplinar**, v. 5, n. 6, 2018.